

----- ACTA NÚMERO QUARENTA E UM -----

Aos dezanove dias do mês de Abril de dois mil e dezasseis, pelas quinze horas e trinta minutos, no Hotel Ritz, na Rua Rodrigo da Fonseca, 88, em Lisboa, reuniu a Assembleia Geral Ordinária da Portucel, S.A., pessoa colectiva n.º 503025798, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Setúbal, com o capital social de 767.500.000 Euros, conforme anúncios publicados, nos termos legais.-----

Estiveram presentes o Presidente da Mesa da Assembleia Geral e o Secretário da Sociedade, Dr. Francisco Xavier Zea Mantero e Dr. António Pedro Gomes Paula Neto Alves, respectivamente. -----

A Secretária da Mesa da Assembleia Geral, Dr.ª Rita Maria Pinheiro Ferreira Soares de Oliveira, não compareceu por se encontrar impedida, por motivos profissionais, devidamente justificados.-----

Estiveram igualmente presentes o Presidente do Conselho de Administração, Senhor Pedro Mendonça de Queiroz Pereira, os Vice-Presidentes, o Eng.º Diogo António Rodrigues da Silveira, Eng.º Luís Alberto Caldeira Deslandes e Eng.º João Nuno de Sottomayor Pinto de Castello Branco, e os vogais Dr. Manuel Soares Ferreira Regalado, Eng.º António José Pereira Redondo, Dr. José Fernando Morais Carreira de Araújo, Eng.º Nuno Miguel Moreira de Araújo Santos, Eng.º João Paulo Araújo Oliveira, Eng.º Adriano Augusto da Silva Silveira, Dr. Paulo Miguel Garcês Ventura, Dr. José Miguel Pereira Gens Paredes, Dr. Ricardo Miguel dos Santos Pacheco Pires e o Dr. Vítor Manuel Galvão Rocha Novais Gonçalves. -----

Compareceram também, os membros do Conselho Fiscal, Dr. Miguel Camargo de Sousa Eiró (Presidente), e os vogais Dr. Gonçalo Nuno Palha Gaio Picão Caldeira e Dr. José Manuel Oliveira Vitorino, bem como o Revisor Oficial de Contas, PricewaterhouseCoopers & Associados, Sociedade Revisores Oficiais de Contas, Lda., representada pelo Dr. António Henriques Assis. -----

Aberta a sessão, o Presidente da Mesa começou por cumprimentar os Senhores Accionistas e, após examinar a lista dos accionistas presentes e a regularidade das representações, verificou que se encontravam presentes ou representados accionistas titulares de 613.577.115 acções, que correspondem a 86% do total das acções com direito a voto, e que a convocatória tinha sido publicada no Portal da Justiça e no sítio da Sociedade, em 22 de Março de 2016, no sítio da Euronext, em 23 de Março, no sítio da CMVM, em 22 de Março de 2016, e no Jornal de Notícias, em 24 de Março, pelo que a Assembleia tinha sido regularmente convocada estando, por isso, em

condições de validamente reunir e deliberar, declarou aberta a sessão saudando todos os presentes na Assembleia Geral.-----

Em seguida, o Senhor Presidente da Mesa referiu que a convocatória para a Assembleia Geral tinha sido publicada nos termos legais sendo a respectiva ordem de trabalhos do conhecimento de todos os accionistas, razão pela qual pôs à consideração da Assembleia se seria dispensável a sua leitura, tendo todos os accionistas presentes manifestado concordância relativamente a essa dispensa. -----

O Senhor Presidente da Mesa referiu ainda ter recebido, previamente à Assembleia, instruções de voto por parte dos accionistas profissionais em relação aos accionistas que os mesmos representam e que esses votos tinham já sido contabilizados pela Mesa relativamente à ordem de trabalhos. Assim propôs que, se os accionistas nada tivessem a opor, a Mesa pediria apenas aos restantes accionistas para indicarem, nos termos habituais, o respectivo sentido de voto, identificando-se, uma vez que os votos indicados pelos accionistas profissionais já se encontravam computados, procedimento que mereceu o acordo de todos os accionistas presentes ou representados. -----

Dando-se início à discussão dos pontos da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa referiu que, salvo havendo oposição de algum accionista, os primeiros dois pontos da ordem de trabalhos seriam discutidos em simultâneo, sem prejuízo de se proceder à sua votação em separado, não tendo havido qualquer manifestação de discordância por parte dos accionistas. -----

Foi dada então a palavra ao Senhor Presidente do Conselho de Administração que, no seu uso, aproveitou para saudar todos os presentes e, em particular, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral e restantes membros da Mesa e dos órgãos sociais, e informou os presentes que o Presidente da Comissão Executiva teria preparado uma informação sucinta e detalhada, tendo desta forma passado a palavra ao Presidente da Comissão Executiva. -----

O Eng.º Diogo da Silveira apresentou aos accionistas uma exposição dos aspectos mais relevantes da actividade da Sociedade no exercício de 2015. No uso da palavra, procedeu à análise detalhada dos factos mais expressivos que marcaram o decurso do exercício do ano civil anterior, começando por destacar a criação da nova marca - "The Navigator Company"- e imagem e identidade corporativa. De seguida, salientou o contributo decisivo da indústria de base florestal, na qual o Grupo se insere, no desempenho da economia nacional, no ano civil de 2015, representando 9,4% (49,8 mil milhões de Euros) das exportações nacionais. Mencionou também que, nos

sectores da pasta e do papel, o Grupo The Navigator Company representou 52% das exportações nacionais no sector da pasta e do papel, e 26% das exportações nacionais da indústria de base florestal, tendo sido o sector que em Portugal, durante o ano de 2015, teve um impacto líquido mais significativo na balança comercial, no valor de 1,2 mil milhões de Euros. O Presidente da Comissão Executiva fez também referência à crescente expansão geográfica das vendas do Grupo tendo em 2015 exportado 95% da sua produção para 123 países e 8 territórios. Evidenciou, também, o papel de relevo que o Grupo assume ao nível do PIB, referindo que as unidades industriais da Navigator Company contribuem, directa e indirectamente, com aproximadamente 2.700 milhões de Euros para o PIB nacional, tendo um impacto de 1,6% na economia e que, em média, cada Euro gasto pelas unidades industriais da Sociedade contribui para a geração de 3 Euros na economia nacional. Outra contribuição relevante, também destacada, foi a contribuição da actividade do Grupo para o emprego, no qual as unidades industriais da Sociedade contribuem directa e indirectamente para a existência de mais de 30.000 empregos ao nível nacional e que, em média, cada emprego nas fábricas da Sociedade contribui para a existência de aproximadamente 15 empregos ao nível nacional. Sublinhou também o impacto regional que cada unidade industrial tem no desenvolvimento local, concretamente, a fábrica em Cacia contribui para cerca de 2% do PIB do Baixo Vouga; a fábrica da Figueira da Foz contribui para 39% das exportações do Baixo Mondego; a fábrica de Setúbal contribui para a existência de 2.577 empregos na Península de Setúbal, e a fábrica de Vila Velha de Ródão, na Beira Interior Sul, em que, do total gasto na mesma, 21% provém de fornecedores da Beira Interior Sul. Mencionou, também, que o Grupo é o maior produtor Europeu de UWF com capacidade de 1,6 milhões de toneladas por ano e dispõe dos dois melhores sites integrados da Europa. Quanto a indicadores financeiros, o Eng.º Diogo da Silveira realçou o aumento do volume de negócios de 2014 para 2015, em cerca de 16%, e o aumento do EBITDA em mais de 19%, atingindo os 390 milhões de Euros, tendo por sua vez o valor da dívida líquida aumentado em relação ao ano anterior. Segundo os dados apresentados, ainda na exposição do Presidente da Comissão Executiva, 2015 foi o ano durante o qual o Grupo vendeu mais papel, com 247 milhões de toneladas de papel Navigator vendidas, o que faz da marca Navigator a mais vendida em todo o mundo. -----

O Presidente da Comissão Executiva mencionou, ainda, as perspectivas de evolução da actividade da Sociedade e das suas participadas, explicitando as tendências do mercado, os factores favoráveis e desfavoráveis, os objectivos e opções de

desenvolvimento. Acrescentou ainda que, com o objectivo de manter elevados níveis de eficiência nas suas operações, o Grupo tem vindo a desenvolver acções concretas na vertente da redução de custos, tendo dado passos importantes durante o ano de 2015 em diversas áreas, como por exemplo o "Procurement" (madeira, químicos e outros) e lançamento do projecto de "Lean Management" que teve já três as primeiras áreas de intervenção: a fábrica de pasta na Figueira, a fábrica de papel ATF e, uma área de suporte, a Direcção de Assistência ao Cliente, pretendendo-se que nos próximos dois anos este projecto seja alargado a todas as áreas do Grupo, com vista a uma maior eficiência das operações.-----

Destacou também os recordes de produção que as fábricas do Grupo atingiram durante 2015, com 580.047 toneladas na fábrica da Figueira da Foz, 591.000 toneladas na fábrica ATF e 35.346 toneladas de produção de tissue na Fábrica de Vila Velha de Ródão.-----

Nesta medida, fez referência à entrada do Grupo no mercado do *Tissue*, com aquisição de uma nova sociedade, o que permitiu um reforço da capacidade produtiva e humana, conquistar uma quota de 18% do mercado português e de 2% do mercado espanhol e duplicar a capacidade produtiva dessa empresa.-----

O Presidente da Comissão Executiva partilhou o sucesso dos resultados obtidos com as diversas áreas do Grupo, sem as quais considera que não seria possível alcançar os níveis de crescimento que o Grupo tem apresentado, aproveitando para mencionar que, nesta medida, o Grupo tem vindo a implementar uma política de rejuvenescimento dos colaboradores, que funcionou por adesão voluntária de trabalhadores, o que permitiu a contratação de novos colaboradores mais jovens, designadamente através da criação do Programa de Trainees, desenvolvido pela primeira vez no Grupo em 2015, ao qual se pretende dar continuidade no futuro. -----

Por fim, o Eng.º Diogo da Silveira fez referência a alguns investimentos realizados em 2015, como a primeira etapa de construção da empresa Colombo Energy, nos EUA, a conclusão da expansão do projecto de pasta em Cacia e continuação da plantação de eucalipto em Moçambique.-----

O Senhor Presidente da Mesa deu de seguida a palavra aos accionistas, colocando à discussão, em simultâneo, os pontos um e dois da ordem de trabalhos. Fazendo uso da palavra, o accionista Manuel Figueiredo Henriques abordou o tema da importação de madeira e a falta de madeira no mercado nacional, referindo que, no seu entendimento, uma das formas de evitar a importação e obter a redução dos custos da madeira nacional seria através do aumento do prémio pela certificação de madeira

para o dobro do valor actual. Em resposta a esta intervenção, o Eng.º Diogo da Silveira mencionou a importância do eucalipto e o facto de Portugal ser dos poucos países da Europa que produz a espécie *globulus*, evidenciando, de facto, a necessidade que existe, em todo o sector da indústria florestal, de importar madeira, lamentando essa realidade para a economia nacional. Relativamente à certificação, referiu que a mesma hoje é uma opção e amanhã será uma obrigação, pois no futuro os países de destino não aceitarão produtos que não sejam fabricados a partir de madeira certificada. Sobre esta questão, frisou também que toda a área de plantação do Grupo é certificada, tendo o Grupo sido pioneiro nacional na atribuição de prémio aos produtores pela certificação da madeira. -----

De seguida, pediu a palavra o accionista José Dias Alves, questionando a Administração da Sociedade sobre os riscos geopolíticos associados ao investimento em Moçambique e de que forma estes estarão a ser acautelados pela Sociedade. O Eng.º Diogo da Silveira respondeu, referindo que um investimento com a dimensão do projecto de Moçambique tem, necessariamente, vários riscos associados e que o Grupo está consciente da existência dos mesmos. Explicou que este investimento tem duas fases; uma de plantação e uma segunda fase de investimento industrial, não estando esta última à data ainda decidida, pelo que essa decisão só será tomada posteriormente, salvaguardando que o investimento florestal será rentabilizado, mesmo que a decisão seja a de não investir na fase industrial. O Presidente da Comissão Executiva informou ainda que, quanto aos riscos geopolíticos, o Grupo tem vindo a munir-se dos meios que estão ao seu alcance para os minimizar, nomeadamente monitorando o projecto ao nível local e regional, sublinhando que o Grupo dispõe do total apoio por parte das autoridades locais moçambicanas e de um parceiro fundamental - o IFC – a sociedade-veículo dos investimentos privados do Banco Mundial. -----

Seguidamente, solicitou a palavra o accionista David Rodrigues, que dirigiu uma questão ao Conselho de Administração sobre o processo de *dumping* instaurado ao Grupo pelas autoridades norte-americanas, concretamente sobre o respectivo ponto de situação e eventual impacto nos próximos resultados. Respondendo à questão, o Eng.º Diogo da Silveira explicou em que é que se traduz o processo de *dumping*, que o mesmo foi instaurado por concorrentes americanos, tendo inicialmente sido aplicada ao Grupo uma taxa de 29,53%, que o Grupo considerou, desde sempre, que a aplicação desta taxa se deveu a meros erros de cálculo e que, após várias averiguações por parte das autoridades americanas, foi possível demonstrar-lhes que

ocorreu, de facto, um erro de cálculo, o que se veio a confirmar com redução da taxa para 7,8%. Esta taxa será aplicável durante dois anos, findo os quais poderá ser revista, e nessa fase a taxa de câmbio aplicável poderá contribuir para a sua redução. Referiu ainda que esta taxa foi a mais baixa aplicada pelas autoridades americanas, em comparação com todos os outros concorrentes visados neste processo.-----

Logo após, houve mais uma intervenção por parte do accionista José Dias Alves, que se dirigiu ao Presidente da Comissão Executiva, questionando-o sobre a perspectiva da Administração relativamente ao rácio da dívida em face dos investimentos que se preveem e da distribuição de resultados e de reservas que se antecipam. O Presidente do Conselho de Administração respondeu à questão clarificando que, em virtude de se tratar de uma sociedade cotada em bolsa, existe um cuidado acrescido com as informações divulgadas, sobretudo quanto a dados futuros. Passando a palavra ao Presidente da Comissão Executiva, este declarou que quanto ao presente tem havido sempre grande preocupação em conjugar de forma adequada os interesses de todos os *stakeholders*, designadamente dos accionistas, e a capacidade de gerar resultados que permitam uma distribuição adequada e continuar a investir, acreditando que essa deverá também ser a conduta a prosseguir no futuro. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos presentes, foi submetida a votação a proposta do Conselho de Administração relativa ao relatório da gestão, balanço e as contas individuais do exercício de 2015, tendo sido aprovada por maioria com 1.692 abstenções dos accionistas Fundo Caixagest Ações Portugal, Fundo Caixagest PPA, Maria Julieta Dias Alves Almeida, José Henrique Dias Alves e Segurança Construções – Projecto, Compra e Venda Urbanização, Lda. -----

De imediato, foi submetida a votação a proposta do Conselho de Administração constante do ponto dois da ordem de trabalhos relativamente ao relatório, balanço e as contas consolidadas do exercício de 2015, tendo tal proposta sido aprovada por maioria com 1.692 abstenções dos accionistas Fundo Caixagest Ações Portugal, Fundo Caixagest PPA, Maria Julieta Dias Alves Almeida, José Henrique Dias Alves e Segurança Construções – Projecto, Compra e Venda Urbanização, Lda. -----

Entrando no terceiro ponto da ordem de trabalhos - Deliberar sobre a proposta da aplicação de resultados - o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral leu a proposta do Conselho de Administração, que é do conhecimento dos accionistas desde a data da convocatória, a qual tem o seguinte teor: -----

“Considerando que: -----

- a) A Sociedade procedeu à distribuição de reservas no montante de

100.022.898,77 Euros, correspondente ao valor ilíquido de 0,1395 Euros por acção, excluindo-se acções próprias em carteira, de acordo com a deliberação aprovada em Assembleia Geral de 17 de Dezembro de 2015; -----

- b) A Sociedade procedeu igualmente à distribuição antecipada de lucros no montante de 29.971.019,17 Euros, equivalente ao valor ilíquido de 0,0418 Euros por acção, excluindo-se acções próprias em carteira, de acordo com a deliberação do Conselho de Administração de 23 de Novembro de 2015, -----

O Conselho de Administração propõe que os resultados líquidos ainda não distribuídos das contas individuais, no montante de 158.558.483,38 Euros, apurados segundo o normativo SNC, tenham a seguinte aplicação: -----

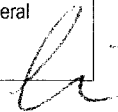
Dividendos às acções em circulação (*)	114.004.594,29 Euros
(0,1590 Euros por acção) -----	
Reserva Legal	7.927.924,17 Euros
Resultados Transitados	654.945,75 Euros
Participação dos Colaboradores nos lucros do exercício até	6.000.000,00 Euros
(já assumida nas demonstrações financeiras) -----	

* O montante de acções próprias em carteira considerado na data de apresentação da presente proposta é de 50 489 973 acções; caso, à data de pagamento, esse montante seja diferente, o valor global de dividendos a pagar será ajustado, mantendo-se inalterado o valor a pagar por acção.”-----

Não tendo nenhum accionista pretendido usar da palavra, foi submetida a votação a proposta supra, a qual foi aprovada por unanimidade.-----

Entrando-se na discussão do ponto quatro da ordem de trabalhos, respeitante à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade, o Senhor Presidente da Mesa leu a proposta apresentada pelo accionista Semapa - Sociedade de Investimento e Gestão, S.A., que propôs que, nos termos dos artigos 376.º n.º 1, alínea c) e 455.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais, a Assembleia manifestasse o seu apreço pela acção desenvolvida pelos órgãos de Administração e Fiscalização da Sociedade, aprovando um voto de confiança nos mesmos bem como nos respectivos membros. -----

Não havendo nenhum accionista que quisesse usar da palavra relativamente a esta proposta, foi a mesma submetida a votação, tendo sido aprovada por maioria com 1.121 votos contra dos accionistas profissionais NORTHERN TRUST COMPANY e NORTHERN TRUST GLOBAL SERVICES e 1.692 abstenções dos accionistas Fundo Caixagest Ações Portugal, Fundo Caixagest PPA, Maria Julieta Dias Alves Almeida,



José Henrique Dias Alves e Segurança Construções – Projecto, Compra e Venda Urbanização, Lda.-----

Dando-se início à discussão do ponto cinco da ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa referiu que tinha sido apresentada uma proposta da Comissão de Fixação de Vencimentos relativa à Política de Remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização da Sociedade, que se encontra à disposição dos accionistas desde a data da convocatória da presente Assembleia, pelo que caso nenhum accionista obstasse, se dispensava a sua leitura e se passaria directamente à sua discussão e votação, o que veio a suceder. -----

Em relação a este ponto da ordem de trabalhos o accionista José Dias Alves usou da palavra, manifestando sobre este ponto não ter especial oposição no que respeita à remuneração dos membros do Conselho de Administração, no entanto referiu que considera esta política de remuneração, como a da maioria das empresas cotadas, vaga, omissa e incompreensível. -----

Não havendo mais intervenções, foi esta proposta submetida a votação, tendo sido aprovada por maioria, com 17.618 votos contra dos seguintes accionistas profissionais: 7.682 votos contra do STATE STREET BANK AND TRUST COMPANY através dos fundos WISDOMTREE DYNAMIC CURRENCY HEDGE EUROPE EQUITY FUND 245 PARK AVENUE 35TH FLOOR NEW YORK NY 10167, WISDOMTREE EUROPE HEDGED SMALLCAP E QUITY FUND 245 PARK AVENUE 35TH FLOOR NEW YORK NY 10167, WISDOMTREE EUROPE LOCAL RECOVERY FUND 245 PARK AVENUE 35TH FLOOR NEW YORK NY 10167, WISDOMTREE INTERNATIONAL MIDCAP DIV IDEND FUND 245 PARK AVENUE 35TH FLOOR NEW YORK NY 10167, WISDOMTREE GLOBAL HIGH DIVIDEND FUND 245 PARK AVENUE 35TH FLOOR NEW YORK NY 10167, WISDOMTREE INTERNATIONAL EQUITY FUND 245 PARK AVENUE 35TH FLOOR NEW YORK NY 10167, WISDOMTREE INTERNATIONAL HIGH DIVIDEND FUND 245 PARK AVENUE 35TH FLOOR NEW YORK NY 10167, WISDOMTREE ISSUER PUBLIC LIMITED COMPANY 6TH FLOOR 2 GRAND CANAL SQUARE DUBLIN 2, UAW RETIREE MEDICAL BENEFITS TRUST PO BOX 14309 DETROIT MI 48214, UAW RETIREE MEDICAL BENEFITS TRUST PO BOX 14309 DETROIT MI 48214, UAW RETIREE MEDICAL BENEFITS TRUST PO BOX 14309 DETROIT MI 48214, UAW RETIREE MEDICAL BENEFITS TRUST PO BOX 14309 DETROIT MI 48214, UAW RETIREE MEDICAL BENEFITS TRUST PO BOX 14309 DETROIT MI 48214, CALIFORNIA STATE TEACHERS RETIREMENT SYSTEM 100 WATERFRONT

PLACE MS-04 WEST SACRAMENTO CA 95605-2807, CALIFORNIA PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM 400 Q STREET SACRAMENTO CA 95811, CALIFORNIA PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM 400 Q STREET SACRAMENTO CA 95811, CALIFORNIA PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM 400 Q STREET SACRAMENTO CA 95811, ARROWSTREET (CANADA) GLOBAL ALL-COUNTRY FUND II 30 ADELAIDE STREET EAST SUITE 1100 TORONTO ON M5C 3G6, ARROWSTREET (CANADA) GLOBAL ALL-COUNTRY FUND I 30 ADELAIDE STREET EAST SUITE 1100 TORONTO ON M5C 3G6, DIVERSIFIED REAL ASSET CIT 1013 CENTRE ROAD SUITE 300 WILMINGTON DE 19805, CANADA PENSION PLAN INVESTMENT BOARD ONE QUEEN STREET EAST SUITE 2700 TORONTO ON M5C 2W5, CANADA PENSION PLAN INVESTMENT BOARD ONE QUEEN STREET EAST SUITE 2700 TORONTO ON M5C 2W5, MARYLAND STATE RETIREMENT + PENSION SYSTEM 120 EAST BALTIMORE STREET BALTIMORE MD 21202, MARYLAND STATE RETIREMENT + PENSION SYSTEM 120 EAST BALTIMORE STREET BALTIMORE MD 21202, MERCER QIF CCF 70 SIR JOHN ROGERSON'S QUAY DUBLIN 2 IRELAND, MGI FUNDS PLC 70 SIR JOHN ROGERSON'S QUAY DUBLIN 2 IRELAND, MULTISTYLE MULTI-MANAGER FUNDS PLC 78 SIR JOHN ROGERSON'S QUAY DUBLIN 2, RUSSELL INSTITUTIONAL FUNDS PLC 78 SIR JOHN ROGERSON'S QUAY DUBLIN 2, RUSSELL INVESTMENT COMPANY PLC 78 SIR JOHN ROGERSON'S QUAY DUBLIN 2, ROCHE U.S. RETIREMENT PLANS MASTER TRUST 150 CLOVE ROAD LITTLE FALLS NJ 07424, RUSSELL INVESTMENT COMPANY SELECT INTERNATIONAL EQUITY FUND 1301 SECOND AVENUE 18TH FL SEATTLE WA 98101, UAW RETIREE MEDICAL BENEFITS TRUST PO BOX 14309 DETROIT MI 48214, MET INVESTORS SERIES TRUST-SCHRODERS GLOBAL MULTI-ASSET PORTFOLIO ONE FINANCIAL CENTER 20TH FLOOR BOSTON MA 02111, SCHWAB FUNDAMENTAL INTERNATIONAL SMALL COMPANY INDEX ETF 211 MAIN STREET SAN FRANCISCO CA 94105, SCHWAB INTERNATIONAL SMALL-CAP EQUITY ETF 211 MAIN STREET SAN FRANCISCO CA 94105, THE WALT DISNEY COMPANY RETIREMENT PLAN MASTER TRUST 500 S BUENA VISTA STREET BURBANK CA 91521 0500, ARROWSTREET MULTI-STRATEGY UMBRELLA PLC C/O ARTHUR COXE EARLSFORT CENTRE EARLSFORT TERRACE DUBLIN 2 IRELAND, GMO BENCHMARK-FREE FUND 40 ROWES WHARF BOSTON MA 02110, DIVERSIFIED MARKETS (2010) POOLED FUND TRUST 30 ADELAIDE STREET EAST SUITE 1100

TORONTOONM5C 3G6, OREGON PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENTS SYSTEM
OREGON STATE TREASURY 350 WINTER STREET N.E. SALEM OR 97301,
COLLEGE RETIREMENT EQUITIES FUND 73 0 THIRD AVENUE NEW YORK NY
10017, CALIFORNIA STATE TEACHERS RETIREMENT SYSTEM 100
WATERFRONT PLACE MS-04 WEST SACRAMENTO CA 95605-2807, BLACKROCK
ASSET MANAGEMENT SCHWEIZAG ON BEHALF OF BIFS WORLD EX
SWITZERLAND SMALL CAP EQUITY INDEX FUND BAHNHOFSTRASSE 39 CH-
8001 ZUERICH, MAINSTAY INTERNATIONAL OPPORTUNITIES FUND 51
MADISON AVENUE PENN NEW YORK NY 10010, THE GE UK PENSION COMMON
INVESTMENT FUND 3RD FLOOR 1 ASHLEY ROAD ALTRINCHAM CHESHIRE
WA142DT, STICHTING PHILIPS PENSIOENFONDS GEB OUW VS-4A VREDEOORD
105 5621 CX EINDOVEN THE NETHERLANDS, RUSSELL DEVELOPED EX-U.S.
LARGE CAP INDEX FUND B 400 HOWARD STREET SAN FRANCISCO CA 94105,
BLACKROCK INSTITUTIONAL TRUST COMPANY N.Y.A. INVESTMENT FUNDS FOR
EMPLOYEE BENEFIT TRUSTS 400 HOWARD STREET SAN FRANCISCO CA 94105,
BLACKROCK INSTITUTIONAL TRUST COMPANY N.Y.A. INVESTMENT FUNDS FOR
EMPLOYEE BENEFIT TRUSTS 400 HOWARD STREET SAN FRANCISCO CA 94105,
ISHARES MSCI EUROPE SMALL-CAP ETF 4 00 HOWARD STREET SAN
FRANCISCO CA 94105, ISHARES MSCI EAFE SMALL-CAP ETF 400 HOWARD
STREET SAN FRANCISCO CA 94105, MSCI WORLD SMALL CAP EQUITY ESG SCR
EENED INDEX FUND B 400 HOWARD ST SAN FRANCISCO CA 94105, ISHARES
MSCI EUROPE IMI INDEX ETF 1 61 BAY STREET. SUITE 2500 P.O. BOX 614
TORONTO ON M5J 2S1, ISHARES CORE MSCI EAFE IMI INDEX ETF 161 BAY
STREET. SUITE 2500 P.O. BOX 614 TORONTO ON M5J 2S1, ISHARES CORE MSCI
EAFE ETF 400 HOWARD STREET SAN FRANCISCO CA 94105, ISHARES CORE
MSCI EUROPE ETF 400 HOWARD STREET SAN FRANCISCO CA 94105,
CONNECTICUT GENERAL LIFE INSURANCE COMPANY 1601 CHESTNUT ST
PHILADELPHIA PA 19192, BLACKROCK INSTITUTIONAL TRUST COMPANY N.Y.A.
INVESTMENT FUNDS FOR EMPLOYEE BENEFIT TRUSTS 400 HOWARD STREET
SAN FRANCISCO CA 94105, BLACKROCK MSCI EAFE SMALL CAP EQUITY INDEX
FUND B 400 HOWARD STREET SAN FRANCISCO CA 94105, BLACKROCK
INSTITUTIONAL TRUST COMPANY N.Y.A. INVESTMENT FUNDS FOR EMPLOYEE
BENEFIT TRUSTS 400 HOWARD STREET SAN FRANCISCO CA 94105, ISHARES
VII PLC JP MORGAN HOUSE INTERNATIONAL FINANCIAL SERVICES
CENTRE DUBLIN 1 IRELAND; 13 votos contra do DEUTSCHE BANK AG LONDON;

455 votos contra do CACEIS BANK FRANCE; 708 votos contra do BNP PARIBAS SECURITIES SERVICES SCA; 1.592 votos contra do BROWN BROTHERS HARRIMAN & CO; 937 votos contra do PICTET & CIE EUROPE; 37 votos contra do J.P. MORGAN CLEARING CORP; 3.463 votos contra do JP MORGAN CHASE BANK NA; 64 votos contra do NORTHERN TRUST COMPANY; 44 votos contra MORGAN STANLEY & CO LLC; 45 votos contra do BANK OF NOVA SCOTIA; 907 votos contra UBS AG LONDON; 54 votos contra do CITIBANK NEW YORK; 309 votos contra do CITIBANK LONDON; 124 votos contra do GOLDMAN SACHS & CO; 7 votos contra do GOLDMAN SACHS INTERNATIONAL; 15 votos contra THE BANK OF NEW YORK MELLON; 476 votos contra da accionista Maria Julieta Dias Alves Almeida; 476 votos contra do accionista José Henrique Dias Alves; e 210 votos contra do accionista Segurança Construções – Projecto, Compra e Venda Urbanização, Lda.; e 530 abstenções dos accionistas Fundo Caixagest Ações Portugal e Fundo Caixagest PPA. Entrando na discussão do ponto seis da ordem de trabalhos – Deliberar sobre a proposta de designação de um vogal efectivo e de um suplente para o Conselho Fiscal – o Senhor Presidente da Mesa procedeu à leitura da proposta apresentada pela accionista Semapa - Sociedade de Investimento e Gestão, S.A., que era do seguinte teor: “Considerando a renúncia apresentada pelo Senhor Dr. Duarte Nuno d’Orey da Cunha ao cargo de membro efectivo do Conselho Fiscal da Sociedade, cargo que tem vindo a ser exercido pelo membro suplente, Senhor Dr. José Manuel de Oliveira Vitorino, propõe-se que (i) o actual suplente do Conselho Fiscal, Senhor Dr. José Manuel de Oliveira Vitorino, seja designado para o cargo de membro efectivo do Conselho Fiscal e (ii) a Senhora Dr.ª Ana Isabel Moraes Nobre de Amaral Marques seja designada para o cargo de membro suplente do Conselho Fiscal, em ambos os casos até ao final do mandato em curso dos restantes titulares dos órgãos sociais.”

Não havendo nenhum accionista que quisesse usar da palavra relativamente a esta proposta, foi a mesma submetida a votação tendo sido aprovada por maioria, com 15 votos contra do accionista profissional THE BANK OF NEW YORK MELLON; e 1.692 abstenções dos accionistas Fundo Caixagest Ações Portugal, Fundo Caixagest PPA, Maria Julieta Dias Alves Almeida, José Henrique Dias Alves e Segurança Construções – Projecto, Compra e Venda Urbanização, Lda.-----

De seguida foi discutido o ponto sete da ordem de trabalhos, relativo à proposta de alteração da firma da Sociedade e consequente modificação do artigo 1.º do contrato de sociedade, nos termos propostos pelo Conselho de Administração da Sociedade:---

“Conforme foi anunciado pelo Conselho de Administração em 11 de Fevereiro de

2016, o Grupo Portucel Soporcel alterou a sua marca corporativa para The Navigator Company. Declinada da sua principal marca de papel, esta nova identidade corporativa representa a união de empresas com uma história de mais de 60 anos, pretendendo dar uma imagem mais moderna e apelativa a um dos maiores grupos empresariais nacionais com uma forte componente internacional. A firma de algumas empresas do Grupo foi alterada a partir de 8 de Fevereiro de 2016, de forma a incorporar esta nova identidade. Agora, para que a firma da Sociedade, neste momento designada Portucel, S.A., esteja alinhada com a identidade corporativa do Grupo, propõe-se a sua alteração e, conseqüentemente a modificação do Artigo 1.º dos Estatutos, como segue: “Artigo 1º: A sociedade adopta a firma THE NAVIGATOR COMPANY, S.A., e rege-se pelos presentes estatutos e pela legislação geral ou especial que lhe for aplicável.” -----

Não havendo nenhum accionista que quisesse usar da palavra relativamente a esta proposta, foi a mesma submetida a votação, tendo sido aprovada por maioria com 1.692 abstenções dos accionistas Fundo Caixagest Ações Portugal, Fundo Caixagest PPA, Maria Julieta Dias Alves Almeida, José Henrique Dias Alves e Segurança Construções – Projecto, Compra e Venda Urbanização, Lda. -----

Dando-se início à discussão do ponto oito da ordem de trabalhos – Deliberar sobre a redução de capital social por extinção de acções próprias, a alteração do número de acções a que corresponde um voto e, paralelamente, o número de acções exigidas para o funcionamento da Assembleia Geral, com a conseqüente alteração dos artigos 4.º, 10.º n.º 1 e 11.º do contrato de sociedade – o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral leu a proposta do Conselho de Administração, que é do conhecimento dos accionistas desde a data da convocatória e tem o seguinte teor: ----

“Considerando que:-----

- a) A sociedade detém um total de 50.489.973 acções próprias, correspondentes a 6,58% do seu capital social;-----
- b) Nos termos da lei, é possível aos accionistas deliberarem a redução de capital por extinção de acções próprias, para libertação de excesso de capital;-----
- c) O capital social actualmente existente pode ser reduzido em montante equivalente ao de 50.000.000 acções próprias detidas, sem que daí resultem inconvenientes para a sociedade e para a sua actividade;-----
- d) A redução em causa não põe em causa os limites de conservação do capital; e
- e) Em face de uma nova composição do capital, considera-se apropriado ajustar o número de acções a que corresponde um voto, de 1.000 para 1 acção, bem

como alterar o número de acções detidas por accionistas presentes ou representados na Assembleia Geral para que a mesma possa reunir e deliberar em primeira convocação, alterando-se o artigo 10.º, n.º 1 e o artigo 11.º dos estatutos em conformidade com essas modificações, sendo certo que tais alterações só produzirão efeitos na próxima Assembleia Geral, depois de efectuada a respectiva inscrição no registo comercial, -----

Propõe-se: -----

1. Reduzir o capital social de 767.500.000,00 Euros (setecentos e sessenta e sete milhões e quinhentos mil Euros) para 717.500.000,00 Euros (setecentos e dezassete milhões e quinhentos mil euros), representado por 717.500.000 (setecentos e sessenta e sete milhões e quinhentas mil) acções escriturais nominativas com o valor nominal de 1,00 Euro (um Euro) cada, por extinção de 50.000.000 (cinquenta milhões) de acções próprias actualmente detidas pela sociedade, com o valor de 50.000.000,00 Euros (cinquenta milhões de Euros), sendo o respectivo prémio de aquisição, no valor de 52.259.100,94 Euros (cinquenta e dois milhões, duzentos e cinquenta e nove mil e cem Euros, e noventa e quatro cêntimos), deduzido a reservas. -----
2. Alterar o artigo quarto dos estatutos da sociedade em conformidade com a alteração do capital social prevista nos pontos anteriores, que passa a ter a seguinte redacção: -----

“Artigo 4º-----

1 - O capital social é de setecentos e dezassete milhões e quinhentos mil Euros e está integralmente realizado;-----

2 - O capital social é dividido em setecentos e dezassete milhões e quinhentas mil acções, com o valor nominal de 1,00 Euro (um Euro) cada uma.” -----
3. Alterar o número 1 do artigo décimo e o artigo décimo-primeiro dos estatutos da sociedade, que passam a ter a seguinte redacção: -----

“Artigo 10º -----

1 – A cada acção corresponde um voto. -----

[...]-----

Artigo 11º -----

Para que a Assembleia Geral possa reunir e deliberar em primeira convocação é indispensável a presença ou representação de accionistas que detenham pelo menos metade do capital social mais uma acção.” -----

Assim, não havendo nenhum accionista que quisesse usar da palavra, e considerando

que após a redução do capital o valor da situação líquida excede em mais de 20% o novo valor do capital social, foi esta proposta submetida a votação tendo sido aprovada por maioria com 686 votos contra dos accionistas Maria Julieta Dias Alves de Almeida e Segurança Construções – Projecto, Compra e Venda Urbanização, Lda., e 1.006 abstenções dos accionistas Fundo Caixagest Ações Portugal, Fundo Caixagest PPA e do accionista José Henrique Dias Alves. -----

Entrando na discussão do ponto nove da ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa referiu que a proposta do Conselho de Administração, relativa à proposta de aquisição e alienação de acções e obrigações próprias nos termos dos artigos 319.º, 320.º e 354.º do Código das Sociedades Comerciais, consiste em documento elaborado por aquele órgão, que se encontra à disposição dos accionistas desde a data da convocatória da presente Assembleia, pelo que caso nenhum accionista obstasse, se dispensava a sua leitura e se passaria directamente à sua discussão e votação, o que veio a suceder.-----

Não havendo nenhum accionista que pretendesse usar da palavra, foi a proposta submetida a votação, tendo sido aprovada por maioria com 750 votos contra dos seguintes accionistas: 64 votos contra do accionista profissional NORTHERN TRUST COMPANY; 476 votos contra do accionista Maria Julieta Dias Alves Almeida e 210 votos contra do accionista Segurança Construções – Projecto, Compra e Venda Urbanização, Lda., e 1.006 abstenções dos accionistas Fundo Caixagest Ações Portugal, Fundo Caixagest PPA e do accionista José Henrique Dias Alves. -----

Por fim, entrando-se na discussão do ponto dez da ordem de trabalhos - Deliberar sobre a proposta de distribuição aos accionistas de reservas da Sociedade - o Senhor Presidente da Mesa leu uma proposta apresentada pelo accionista Semapa - Sociedade de Investimento e Gestão, S.A., como segue: “Considerando que não existem impedimentos de conservação de capital, nem outros legais ou estatutários à distribuição de reservas até ao montante de € 56.000.000,00, mas que a prévia aprovação na mesma Assembleia de uma redução de capital obriga a respeitar o prazo de um mês previsto no n.º 3 do artigo 96.º do Código das Sociedades Comerciais antes de ser efectuada a respectiva distribuição, propõe-se que:

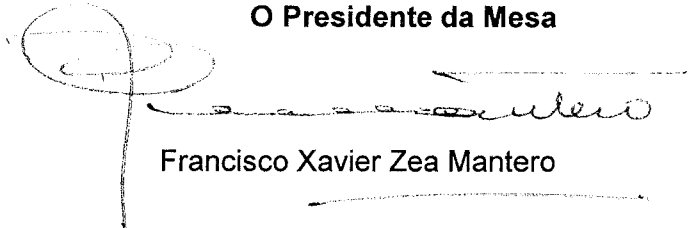
1. Sejam distribuídas reservas livres no montante de € 56.000.000,00, correspondente ao valor de € 0,07810211558 por cada acção em circulação, e
2. Na eventualidade de ter sido aprovada a referida deliberação de redução de capital, a referida distribuição não tenha lugar antes de decorrido o prazo de um mês sobre a data da publicação do registo da mencionada redução do

capital.”

Não havendo nenhum accionista que pretendesse usar da palavra, a proposta foi submetida a votação, tendo sido aprovada por maioria, com 686 abstenções dos accionistas Maria Julieta Dias Alves Almeida e Segurança Construções – Projecto, Compra e Venda Urbanização, Lda.-----

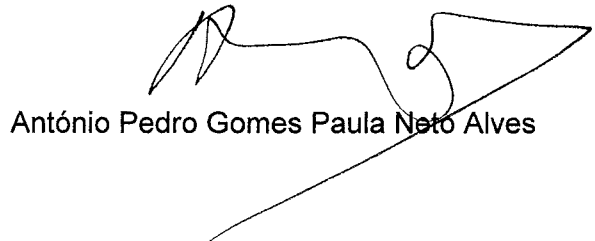
Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, tendo sido lavrada a presente acta que vai assinada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral e pelo Secretário da Sociedade.

O Presidente da Mesa



Francisco Xavier Zea Mantero

O Secretário da Sociedade



António Pedro Gomes Paula Neto Alves